



ROTINAS DE SECRETARIA NA PRÁTICA: PRECATÓRIOS E RPV's - NÍVEL AVANÇADO				
☑ Inscrições até o dia 19-10-2025, neste link				
DATA/PERÍODO	21-10-2025 (3 ^a -feira)			
HORÁRIO	Das 14h às 17h			
FORMATO	Oficina -			
MODALIDADE	Telepresencial •			
LOCAL	EJud4 On-Line, onde será disponibilizado o link de acesso à sala na plataforma Zoom.			
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido	
1	Docente -	Márcia Jaqueline Leal Vargas	Graduação em Ciências Contábeis - Faculdade São Judas Tadeu. Especialização em Direito Processual Civil. Servidora do TRT4 desde 1994, lotada no Juízo Auxiliar de Precatórios desde 2005 e exercendo a função de Diretora desde 2008.	
2	Docente -	Rodrigo Menezes Citrin	Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialização em Direito do Trabalho. Servidor do TRT4 desde 2002, lotado no Juízo Auxiliar de Precatórios de 2004 a 2015 e de 2020 até o presente momento.	
PÚBLICO-ALVO	Servidores e servidoras das Varas do Trabalho responsáveis pela execução contra a Fazenda Pública e servidores e servidoras do JAP.			
VAGAS/N° DE PARTICIPANTES	200 vagas			
CARGA HORÁRIA	3 h/a			
JUSTIFICATIVA	O 1º Grau de Jurisdição enfrenta uma realidade comum em diversas unidades: poucos servidores, novas rotinas/sistemas, falta de tempo dos gestores, trabalho remoto, rotatividade de servidores/as, estagiários/as. Inclusive, sobre muitas tarefas os Diretores já não têm o "domínio" de outrora, principalmente em razão da grande quantidade de novos sistemas e procedimentos. A ideia do curso surgiu da necessidade de repassar orientações ao maior número de colegas de como proceder para expedição de requisições contra a Fazenda Pública, para a gestão do Sistema de Precatórios - Gprec e para atualização sobre os normativos que regem a matéria.			
EMENTA	Informações atualizadas sobre os procedimentos relativos à expedição de requisições de pagamento em desfavor da fazenda pública, sempre observando as Resoluções nº 303/2019 do CNJ e nº 314/2019, do CSJT, bem como o Provimento Conjunto nº 05/2022 deste Tribunal. Procedimentos que estão sendo adotados por este Tribunal para cumprimento das regras estabelecidas no Provimento nº 02/2024 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, no que se refere à individualização dos precatórios. procedimentos relativos aos tópicos de maior relevância observados a partir das dúvidas e questionamentos direcionados à Secretaria do Juízo Auxiliar de Precatórios.			

do sistema Gprec, no módulo das Varas do Trabalho; Separação das listas de precatórios de Regime Especial de Pagamento de Precatórios; Separação das listas de precatórios e RPVs; Atualizações de versão do sistema Gprec e os modelos dos oficios precatórios e RPVs; Individualização dos precatórios à luz do Provimento CoSIT nº 02/2024; Pituralidade de leis de amparo (limite RPV) - data trânsito em judgado do conhecimento: Orientação de acessos para consulta dos servidores aos autos do precatório no PJe 2º gra e no Gprec; Visão geral das responsabilidades e competências das autoridades em sede de precatórios e RPVs: Atualizar as informações repassadas em cursos anteriores referentes ao uso e gerenciamento do Sistema Gprec; Comprender a abrangência do sistema Gprec, possibilitando o eficiente gerenciamento de precatórios e RPVs na Justiça do Trabalho; Conhecer casos especiais, a partir da jurisprudência atualmente adotada e das regras estabelecidas pelas Resoluções que disciplinam a matéria; Elucidar o fluxo de trabalho relativo à individualização dos precatórios - Prov. CGJT 02/2024 METODOLOGIA Aula expositiva dialogada Dúvidas sobre questões mais sensiveis AVALIAÇÃO - Avaliação de reação; - Avaliação do e aprendizagem: Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado. CERTIFICAÇÃO Condicionada ao registro da frequência e à realização das atividades avaliativas propostas. A frequência deverá ser registrada pelo(a) participante, durante o evento, no SisEjud, através do lindisponibilizado no chat. ACESSIBILIDADE FINALIDADES PROGRAMA 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública interessados(as) no momento da solicitação, Promoção. PROGRAMA 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no curso à sua chefia imediata. Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento					
gerenciamento do Sistema Gorec; Compreender a abrangência do sistema Gorec, possibilitando o eficiente gerenciamento de precatórios e RPVs na Justiça do Trabalho; Conhecer casos especiais, a partir da jurisprudência atualmente adotada e das regras estabelecidas pelas Resoluções que disciplinam a matéria; Eliucidar o fluxo de trabalho relativo à individualização dos precatórios - Prov. CGJT 02/2024 METODOLOGIA Aula expositiva dialogada Dúvidas sobre questões mais sensiveis AVALIAÇÃO Avaliação de reação; Avaliação de aprendizagem. Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado. CERTIFICAÇÃO Condicionada ao registro da frequência e à realização das atividades avaliativas propostas. A frequência deverá ser registrada pelo(a) participante, durante o evento, no SisEjud, através do lini disponibilizado no chat. ACESSIBILIDADE Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud. FINALIDADES - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção. PROGRAMA - 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública - 16h30 às 17h - Esclarecimento de dúvidas BIBLIOGRAFIA - Constituição Federal - Art. 100; Resolução n° 303/2019 do CNJ; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. OBSERVAÇÕES - Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos 1 a VII do artigo 81, 49, 59, 6-4, a saism como as licenças dispostas nos artigos as afastamentos previstos nos artigos 93, 49, 59, 6-4, a saism	_	 do sistema Gprec, no módulo das Varas do Trabalho; Separação das listas de precatórios do Regime Especial de Pagamento de Precatórios; Robôs em matéria de precatórios e RPVs; Atualizações de versão do sistema Gprec e os modelos dos ofícios precatórios e RPVs; Acesso à ordem de pagamento - Consulta Externa Gprec; Individualização dos precatórios à luz do Provimento CGJT nº 02/2024; Pluralidade de leis de amparo (limite RPV) - data trânsito em julgado do conhecimento; Orientação de acesso para consulta dos servidores aos autos do precatório no PJe 2º gra e no Gprec; Visão geral das responsabilidades e competências das autoridades em sede de 			
AVALIAÇÃO - Avaliação de reação; - Avaliação de aprendizagem. Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado. CERTIFICAÇÃO Condicionada ao registro da frequência e à realização das atividades avaliativas propostas. A frequência deverá ser registrada pelo(a) participante, durante o evento, no SisEjud, através do lini disponibilizado no chat. ACESSIBILIDADE Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud. FINALIDADES - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção. PROGRAMA - 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública - 16h30 às 17h - Esclarecimento de dúvidas BIBLIOGRAFIA - Constituição Federal - Art. 100; - Resolução nº 303/2019 do CNJ; - Resolução nº 303/2019 do CNJ; - Provimento CGJT nº 02/2024; - Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. OBSERVAÇÕES Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos entre de a comunicar a comunica		 gerenciamento do Sistema Gprec; Compreender a abrangência do sistema Gprec, possibilitando o eficiente gerenciamento de precatórios e RPVs na Justiça do Trabalho; Conhecer casos especiais, a partir da jurisprudência atualmente adotada e das regras estabelecidas pelas Resoluções que disciplinam a matéria; Elucidar o fluxo de trabalho relativo à individualização dos precatórios - Prov. CGJT 			
- Avaliação de aprendizagem. Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado. Certificação Condicionada ao registro da frequência e à realização das atividades avaliativas propostas. A frequência deverá ser registrada pelo(a) participante, durante o evento, no SisEjud, através do lini disponibilizado no chat. ACESSIBILIDADE Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud. FINALIDADES - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção. PROGRAMA 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública 16h30 às 17h - Esclarecimento de dúvidas BIBLIOGRAFIA Constituição Federal - Art. 100; Resolução nº 303/2019 do CNJ; Resolução nº 303/2019 do CNJ; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. OBSERVAÇÕES Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as lice	METODOLOGIA				
frequência deverá ser registrada pelo(a) participante, durante o evento, no SisEjud, através do lini disponibilizado no chat. ACESSIBILIDADE Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud. FINALIDADES - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção. PROGRAMA - 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública - 16h30 às 17h - Esclarecimento de dúvidas BIBLIOGRAFIA - Constituição Federal - Art. 100; - Resolução nº 303/2019 do CNJ; - Resolução nº 314l/2021 do CSJT; - Provimento CGJT nº 02/2024; - Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. OBSERVAÇÕES Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 10 previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 10 previstos nos artigos 10 previstos nos artigos 10 previstos 10 previstos nos artigos 10 previstos nos artigos 10 previstos	AVALIAÇÃO	- Avaliação de aprendizagem. Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações			
interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud. FINALIDADES - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção. PROGRAMA - 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública - 16h30 às 17h - Esclarecimento de dúvidas - Constituição Federal - Art. 100; - Resolução nº 303/2019 do CNJ; - Resolução nº 314/2021 do CSJT; - Provimento CGJT nº 02/2024; - Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. - Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos	CERTIFICAÇÃO	frequência deverá ser registrada pelo(a) participante, durante o evento, no SisEjud, através do link			
PROGRAMA • 14h às 16h30 - Práticas essenciais na execução contra a fazenda pública • 16h30 às 17h - Esclarecimento de dúvidas BIBLIOGRAFIA • Constituição Federal - Art. 100; • Resolução nº 303/2019 do CNJ; • Resolução nº 314/2021 do CSJT; • Provimento CGJT nº 02/2024; • Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. OBSERVAÇÕES Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos	ACESSIBILIDADE	Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud.			
BIBLIOGRAFIA Constituição Federal - Art. 100; Resolução nº 303/2019 do CNJ; Resolução nº 314/2021 do CSJT; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos	FINALIDADES	- Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção.			
 Resolução nº 303/2019 do CNJ; Resolução nº 314/2021 do CSJT; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento Conjunto nº 05/2022. Outras obras podem ser divulgadas durante o curso. Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos	PROGRAMA				
2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos	BIBLIOGRAFIA	 Resolução nº 303/2019 do CNJ; Resolução nº 314/2021 do CSJT; Provimento CGJT nº 02/2024; Provimento Conjunto nº 05/2022. 			
	OBSERVAÇÕES	2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos			



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

 Ø 1) Público interno do TRT4 - magistrados(as) e servidores(as), inclusive aposentados/as;

 Ø 2) Público externo.